

# PARCEIROS ESTRATÉGICOS PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

**RICARDO DATHEIN**

organizador

AS AMÉRICAS

VOLUME I

**ANDRÉ MOREIRA CUNHA**

**EDUARDO MALDONADO FILHO**

**GUSTAVO MEIRA CARNEIRO**

**HELENA LOBATO DA JORNADA**

**MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK**

**PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI**

**PEDRO DOS SANTOS DE BORBA**

Peru

## Segurança, Política Externa e Relações Bilaterais com o Brasil

*Marco Cepik*

*Helena Jornada\**

### I Contexto Político e Segurança no Peru

Apesar de a democracia no Peru ter sido restaurada no início dos anos 1980, após um período de 12 anos de ditadura militar (1968-1980), as instituições democráticas no país ainda estão se consolidando, uma vez que as práticas autoritárias e corruptas do governo Alberto Fujimori, em seus dois mandatos (1990-2000), distorceram o processo de construção democrática naquele país.

Por outro lado, o recente julgamento e condenação de Fujimori, em abril de 2009, constituem um sinal de maturidade das instituições peruanas. Apesar do cenário político conturbado, não existem indícios de que seja possível um novo golpe no Peru, seja contra ou a favor do atual presidente. Chama a atenção dos observadores, entretanto, o fato de Keiko Fujimori, congressista de 34 anos e filha do ex-presidente, ter aparecido em primeiro lugar em pesquisa de intenção de voto para as eleições presidenciais peruanas de 2011, segundo levantamento do instituto Ipsos Apoyo, divulgado após o julgamento de Fujimori. Segundo o instituto de opinião, 25% dos entrevistados votariam em Keiko; 19% no prefeito de Lima, Luis Castañeda; e 17% no opositor, Ollanta Humala.

Como as eleições ainda demoram e os riscos de interrupção do atual mandato presidencial são pequenos, o contexto político atual do Peru é definido, em grande medida, pelo desempenho do presidente Alan García. Eleito em 2006, García, da Alianza Popular Revolucionaria America-

---

\* A autora é membro do Serviço Exterior Brasileiro desde 02/07/2010. Este trabalho foi produzido antes dessa data e quaisquer opiniões nele expressas são de caráter pessoal e não refletem aquelas do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro.

na (Apra), de centro-direita, já havia governado o país entre 1985-1990. Mesmo que o seu primeiro governo tenha sido complicado, devido à grave crise econômica que o Peru, assim como quase toda a América Latina, enfrentava à época, Alan García comprovou que ainda era bastante popular, tendo vencido Ollanta Humala no segundo turno das eleições de 2006. Humala é um político controverso, que destoa da chamada onda de centro-esquerda na região. Identificado com setores do exército e com políticas nacionalistas, também já foi associado a práticas de direita e ao grupo dos Etnocaceristas, que tentou, em 2005, dar um golpe contra o então presidente Alejandro Toledo, predecessor de García e primeiro presidente de origem indígena do país. Em 2006, portanto, embora García estivesse concorrendo com uma agenda liberal e baseada na expectativa do acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, ele foi considerado pelo eleitorado uma aposta menos arriscada e mais centrista do que Humala.

O governo de García está transcorrendo de forma mais tranquila do que o governo de Toledo, apesar de algumas grandes manifestações e greves terem ocorrido no país desde o início de seu mandato. A estabilidade econômica do país, que já havia sido atingida durante o governo de Toledo, é um ponto a favor do governo de García. A relação do presidente com o Congresso é tensa, mas não a ponto de paralisar o funcionamento do governo. A crise mais grave até aqui ocorreu em 2008, quando todo o gabinete renunciou após membros da Apra serem indiciados em um escândalo de corrupção envolvendo propinas para o fechamento de contratos no setor petrolífero. Como decorrência da crise política, o presidente García nomeou como primeiro-ministro Yehude Simon, presidente da província de Lambayeque e político de esquerda que já havia derrotado duas vezes seguidas a Apra nas eleições regionais.

O Legislativo peruano é unicameral, sendo os 120 congressistas eleitos para um mandato de cinco anos, assim como o presidente. Além da Apra, partido de García, que possui 36 cadeiras no Congresso, os outros principais partidos peruanos são: Unión por el Perú (45 cadeiras), Unión Nacional (17), Alianza para el Futuro (13), Frente Centrista (05), Perú Posible (02) e Restauración Nacional (02). Ou seja, o sistema partidário peruano, neste momento histórico, apresenta elevada fragmentação e baixo enraizamento social.

A atual constituição peruana data de 1993, depois daquilo que ficou conhecido como “autogolpe” de Fujimori 1992. Naquela época, Fujimori suprimiu a constituição em vigor, datada de 1979, e fechou o Congresso. Depois de exercer dois mandatos consecutivos, governando de 1990-2000, ele ainda tentou forçar um terceiro mandato, mas acabou deixando o cargo em meio a protestos e inúmeras denúncias de corrupção e abuso de poder. Fujimori tornou-se muito popular na década de 1990 por ter conseguido

praticamente acabar com a capacidade operacional do Sendero Luminoso, maior grupo guerrilheiro do Peru. No entanto, já no final dessa década, a população gradativamente voltava-se contra seu governo, devido às inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo Serviço Nacional de Inteligência e pelas Forças Armadas em uma campanha de contrainsurgência, em que morreram mais de 69 mil pessoas. Após um período no exílio, Fujimori foi preso no Chile, julgado e condenado por violações aos direitos humanos cometidas durante seu mandato, sendo o primeiro caso de um chefe de Estado americano alvo de condenação dessa natureza.

Aparentemente, esse período conturbado da história política peruana está no passado, mas ainda é muito cedo para afirmar se os próximos governos lograrão estabilidade, assegurando a manutenção da democracia no país. Atualmente, o Peru enfrenta algumas questões internas com potencial desestabilizador, como a situação social e a ascensão do narcotráfico organizado.

Os movimentos insurgentes, o grande problema do país nas décadas de 1980 e 1990, hoje não representam mais uma ameaça ao Estado. O Sendero Luminoso, grupo guerrilheiro mais conhecido do Peru, fundado na década de 1960, pelo ex-professor de Filosofia da Universidade do Peru, Abimael Guzmán, surgiu como um grupo de inspiração maoísta, dissidente do Partido Comunista do Peru. Durante a presidência de Fujimori, o Sendero Luminoso foi praticamente desarticulado, sendo suas principais lideranças, inclusive Guzmán, presas. Durante o restante da década de 1990, a atuação do grupo ficou bastante limitada, quase desaparecendo.

Houve uma rearticulação, a partir dos anos 2000, de um grupo que reivindica ser o Sendero Luminoso, o qual realizou, em 2002, um ataque à bomba nos arredores da Embaixada dos Estados Unidos, em Lima, dois dias após a visita do então presidente George W. Bush ao país. Estima-se que atualmente o grupo seja composto por 400 guerrilheiros e esteja por trás de alguns ataques a delegacias e de protestos realizados recentemente por fazendeiros e camponeses contra o governo de García. Há indícios de que o Sendero Luminoso esteja ligado ao cultivo de coca e ao tráfico de drogas, o que parece ser a sua principal fonte de renda. Com o aumento de repressão às drogas na Colômbia durante o governo Uribe, parte das plantações de coca se deslocou para o Peru, tornando o país o segundo maior produtor de cocaína do mundo, além de ter passado também a produzir heroína.

Como forma de coibir o Sendero Luminoso e o tráfico de drogas, o governo peruano vem tomando várias medidas. Em 2003, à luz dos ataques à embaixada norte-americana, foi aprovada uma lei antiterrorismo e uma série de instrumentos que garantem ao presidente poderes especiais para tomar atitudes contra o Sendero Luminoso de forma rápida. Além disso, a partir de 2007, bases militares foram reabertas e forças especiais antiterro-

ristas foram restabelecidas. A cooperação com os Estados Unidos tem se estreitado no âmbito da Operação Novos Horizontes, que prevê o treinamento/capacitação de agentes peruanos, assim como o emprego de militares norte-americanos no Peru em ações antidroga e antiterrorismo. Na terceira semana de abril de 2009, o Congresso peruano se reuniu para aprovar uma nova estratégia de segurança interna para atuar contra possíveis ataques perpetrados pelo Sendero Luminoso. Outra iniciativa bastante importante é o reforço na vigilância amazônica em cooperação com o Brasil.

A questão social é o segundo problema interno grave do Peru, embora deva ser tratada analiticamente como uma vulnerabilidade e não como uma ameaça em si. A relativa estabilidade econômica verificada no governo Toledo foi obtida por meio da erosão da coesão social, elevando a desigualdade e o descontentamento do povo, em particular no campo. Já naquele governo houve um ascenso considerável dos movimentos de contestação, que expressavam publicamente o que as pesquisas ratificavam: a queda das taxas de aprovação do presidente. Recentemente o governo de García enfrentou uma greve geral no país e uma grande manifestação de produtores rurais; nenhuma delas, contudo, com potencial para ameaçar o governo da Apra. A associação entre o aumento da desigualdade no país e o crescimento do narcotráfico, porém, é uma questão ainda a ser enfrentada pelo governo e que constitui um risco de segurança efetivo.

## II A Política Externa do Peru

A orientação geral da política externa peruana é bastante pragmática, tentando equilibrar o apoio aos movimentos integracionistas na América do Sul com a busca de acordos comerciais bilaterais vantajosos.

Durante o período do regime militar (1969-80), a política externa peruana foi pautada pela orientação geral do Movimento dos Não Alinhados e de uma maior aproximação com a União Soviética. Durante os anos 1980 e principalmente durante os anos 1990, sob o governo de Fujimori, a política externa peruana foi radicalmente modificada, passando a priorizar a parceria com os Estados Unidos.

O que diferencia mais a política externa peruana de países como Brasil e Venezuela é a preferência dada aos acordos comerciais bilaterais em detrimento dos multilaterais, tendo aprovado recentemente um acordo de livre-comércio com os EUA. Mesmo assim, o Peru faz parte das principais iniciativas integracionistas do continente, sendo membro da Comunidade Andina de Nações (CAN), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e membro associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Uma maior aproximação do Peru com os países do subcontinente ocorreu no governo de Alan García, especialmente devido ao apoio dado ao Brasil na iniciativa de construção da Unasul.

Além disso, o Peru tem se voltado para os países do Pacífico, priorizando as relações comerciais com a China, com o Japão e com outros membros da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec, na sigla anglo-saxônica), à qual o Peru aderiu em 1998.

Em linhas gerais, o Peru não enfrenta, no momento, ameaças externas tradicionais, apesar de ter áreas fronteiriças em disputa com Chile, Colômbia e Equador, tendo entrado em guerra com o último ainda na década de 1990. As relações bilaterais entre o Peru e esses países, mesmo que tenham melhorado bastante, ainda guardam tensões pelos problemas de fronteira que perduram desde o século XIX.

O adversário mais tradicional do Peru é o Chile, que ganhou, no século XIX, a Guerra do Pacífico, conquistando uma grande porção da costa peruana. A relação bilateral durante todo o século XX foi marcada por certo nível de hostilidade, mesmo depois da resolução do conflito por um tratado na década de 1920, o qual foi revisado em 1999. O Peru nunca tentou recuperar os territórios perdidos, o que se explica pela imensa inferioridade militar peruana em relação ao Chile, que, ademais, é um dos países que vem investindo mais pesadamente em defesa na região. O incremento das capacidades militares chilenas gera repercussões regionais, afetando particularmente a Bolívia e o Peru, em virtude de litígios fronteiriços históricos. Em 2005, o Congresso peruano aprovou uma lei modificando a sua fronteira marítima com o Chile, o que trouxe à tona novamente o contencioso. Entretanto, a prisão de Fujimori no Chile, nesse mesmo ano, acabou criando uma janela de cooperação entre os dois países, a qual foi aproveitada e, um ano depois, os dois países assinaram um acordo de cooperação econômica.

A política pragmática de Alan García viu uma grande oportunidade de comércio com os países asiáticos via Chile, levando a uma escolha deliberada pelo congelamento da questão fronteiriça entre os dois países. Mesmo assim, em resposta ao armamento chileno, o Peru também está buscando reequipar as suas forças armadas.

O Equador é outro país que mantém relações tensas com o Peru devido a problemas de fronteira não resolvidos. Desde a década de 1940, quando os dois países travaram uma guerra localizada e inconclusiva por parte de seus territórios amazônicos, até a década de 1990, quando os dois países protagonizaram a chamada Guerra do Cenepa, apaziguada com mediação brasileira, as relações equatoriano-peruanas foram de hostilidade, ora mais, ora menos intensa. Atualmente, uma nova guerra convencional interestatal entre Peru e Equador é pouco provável. Não obstan-

te, as divisões ideológicas e políticas entre os dois governos tendem, com certa facilidade, a inflamar os ânimos de lado a lado.

Os governos de Alan García e de Rafael Correa, atual presidente do Equador, divergem em vários pontos, especialmente no que diz respeito ao acordo de livre-comércio assinado entre Estados Unidos e Peru e com relação à Venezuela e à Bolívia, aliados de Correa, que têm boa aceitação em Lima. Apesar disso, as relações entre Equador e Peru melhoraram significativamente ao longo dos últimos dez anos culminando na defesa comum de maior integração entre a CAN e o Mercosul e na assinatura de acordos bilaterais em várias áreas em 2007.

Após uma guerra nos anos 1930, Peru e Colômbia mantiveram relações estáveis até a intensificação do conflito civil colombiano em meados da década de 1990. A guerra na Colômbia tem potencial para gerar tensões entre os dois países, principalmente pela incursão de guerrilheiros, traficantes e tropas colombianas em território peruano, assim como pela transferência de lavouras de coca para o Peru. Durante o governo Fujimori, os atritos entre ambos os países foram grandes, inclusive com acusações de apoio do governo peruano às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A mudança de governo nos dois países os reaproximou, com diversos acordos de cooperação, especialmente na área de defesa das fronteiras conjuntas, para controle do tráfico de drogas e da guerrilha.

As dificuldades de relacionamento com o Chile aproximam historicamente Peru e Bolívia. Mesmo assim, o Peru trata a questão da saída boliviana para o mar como assunto bilateral entre Bolívia e Chile. Outro ponto importante na relação entre Peru e Bolívia é o plano boliviano de exportar gás pelo oceano Pacífico, que está parado tanto pelas dificuldades internas da Bolívia quanto pelos projetos peruanos de se tornar um exportador de gás por si próprio. As relações entre os dois países passaram por um período conturbado depois que Evo Morales declarou abertamente apoio ao adversário de Alan García nas eleições peruanas de 2006, além de criticar as decisões peruanas de aproximação com os Estados Unidos. Mesmo depois de uma visita de Morales a Lima em 2007, novas tensões surgiram quando o governo boliviano acusou o Peru de abrigar bases militares secretas dos EUA em seu território.

As relações entre Peru e Venezuela também estão sujeitas ao distanciamento ideológico de seus líderes. Assim como Evo Morales, Hugo Chávez apoiou abertamente o candidato Ollanta Humala nas últimas eleições peruanas, o que foi muito utilizado por García na campanha, quando afirmava que seu adversário tornaria o Peru um fantoche da Venezuela. O afastamento dos líderes se manteve após as eleições, e, nas constantes disputas entre Venezuela e EUA, somente a mediação brasileira tem impedido o Peru de se posicionar claramente ao lado dos norte-americanos.

Como já foi mencionado, durante o regime militar instaurado no Peru (1968-1980) e durante o primeiro governo de Alan García (1980-1985), as relações com os Estados Unidos eram bastante distantes, intensificando-se somente durante o primeiro mandato de Fujimori em 1990, quando o Peru passou a ser o segundo maior receptor de auxílio financeiro dos Estados Unidos na América Latina. Em 2000, quando Fujimori ameaçou concorrer a um terceiro mandato, suas práticas corruptas e autoritárias ficaram em evidência, e as relações com os Estados Unidos se estremeceram novamente, sendo que os EUA apoiaram a saída de Fujimori e a eleição de Alejandro Toledo, o qual assegurava seu apoio às iniciativas do Plano Colômbia e à adoção de uma política semelhante em seu país.

Entretanto, durante o segundo governo de George W. Bush houve uma drástica redução dos auxílios financeiros para a América Latina, especialmente para as iniciativas antidrogas peruanas. O Congresso americano, agora controlado pelos democratas, estava insatisfeito com o viés militar da aplicação dos recursos, que não estavam sendo aplicados na criação de alternativas econômicas para a população que sobrevivia à base do cultivo de coca. Dessa forma, a ênfase passou a ser dada para o incremento comercial entre os dois países e a assinatura de um acordo de livre-comércio entre eles. As relações entre EUA e Peru se intensificaram, apesar de um forte sentimento antiamericano persistir em vários setores da sociedade peruana. A eleição de Alan García foi festejada pelos Estados Unidos, que temiam a proximidade de Humala com Chávez.

As relações entre Peru e China, no campo econômico, vêm crescendo de forma acelerada desde o governo de Toledo, estimuladas pela demanda chinesa por recursos naturais. As importações de produtos chineses, principalmente têxteis e vestuário, também cresceram muito e são motivo de preocupação para os produtores peruanos. Também em uma tendência ascendente, os investimentos chineses no Peru mostram boas perspectivas, atraídos pelos setores de mineração e infraestrutura. Em visita à China em 2008, Alan García deixou claras as intenções peruanas de reforçar os laços com o país asiático.

O Japão é outro importante país asiático da agenda de política externa peruana. Assim como o Brasil, o Peru absorveu grandes levas de imigrantes japoneses, o que ficou bastante marcado na cultura peruana, especialmente na gastronomia. Essa relação remete inclusive à dupla cidadania do ex-presidente Fujimori, que concorreu ao cargo de senador no Japão. Apesar desses fortes laços históricos, foi somente com o governo de García que as relações entre os dois países retomaram seu curso normal, visto que haviam sido congeladas pelo caso Fujimori, que não foi extraditado para o Peru.



### III Relações Bilaterais com o Brasil

Apesar de dividir uma vasta área fronteiriça, Brasil e Peru possuem relações um tanto quanto distantes. Historicamente, as relações sempre foram pacíficas, já que os problemas de demarcação territorial entre os dois países foram resolvidos no início do século XX, pelo barão do Rio Branco. Apesar disso, a distância diplomática persistiu, sendo o general João Figueiredo o primeiro presidente brasileiro a realizar uma visita oficial ao Peru, em 1981. Tal afastamento ocorreu pelo fato de a prioridade da política externa peruana para a América do Sul ter sido a Argentina, combinada à baixa prioridade da política externa brasileira concedida à América do Sul até a década de 1990. O único momento mais tenso nas relações entre os dois países ocorreu durante o “autogolpe” de Fujimori, quando o Brasil rompeu alguns acordos com o Peru.

Atualmente, as relações bilaterais têm evoluído positivamente, a partir da parceria econômica, da agenda de cooperação amazônica e das iniciativas de integração regional. Essa aproximação se deu já no primeiro mandato do governo Lula e foi intensificada durante o governo de García. Já, em 2003, o presidente Lula visitou Lima, assinando um acordo que complementaria a parceria entre o Peru e o Mercosul, além do importante Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, que foi a base para a instauração da “parceria estratégica” entre Brasil e Peru.

A questão amazônica é um dos principais pontos da agenda bilateral entre os dois países, já que toda a sua fronteira em comum se encontra nessa região. A preservação conjunta da Amazônia é um tópico relativamente recente a ser tratado entre os dois países, sendo que um Grupo de Trabalho Binacional para lidar com a temática já foi formalizado, mas ainda não obteve resultados concretos. O principal problema encontrado nessa esfera é a questão dos crimes transnacionais, especialmente tráfico de drogas e madeira, além de outras atividades ilícitas que ocorrem na remota zona de fronteira. Para lidar com esse problema, várias iniciativas foram tomadas, entre elas pode-se mencionar a assinatura, em 2003, de dois Memorandos de Entendimento para lidar com a integração física e econômica entre Brasil e Peru, e outro em matéria de vigilância e proteção amazônica.

Algumas outras iniciativas foram instauradas com sucesso, como a Pebra (Peru-Brasil), para o monitoramento fronteiriço bilateral; ou o Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação em Matéria do Projeto de Sensoriamento Remoto e Hidrologia da Zona Sul da Amazônia Peruana, projeto que está integrado às iniciativas do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) de estender sua atuação para além das fronteiras brasilei-

ras. Além disso, Lima fechou com o Brasil um acordo de monitoramento do espaço aéreo, que será integrado aos radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), além de conexão via satélite e de treinamento para os técnicos peruanos. Apesar de ambos os países fazerem parte da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica, essas iniciativas bilaterais entre Lima e Brasília estão sendo mais efetivas para a melhoria das condições de vigilância da região, além de estarem aproximando as duas chancelarias, com a questão tendo se tornado o ponto principal da “parceria-estratégica” entre Brasil e Peru.

A integração física entre os dois países é outro ponto focal da agenda bilateral, já que as ligações rodoviárias entre eles, até pouco tempo, eram inexistentes. O acesso terrestre ao Pacífico é uma prioridade da política externa brasileira que está se materializando com a construção da Rodovia Interoceânica entre o Acre e a localidade de Madre-Dios, no Peru – por onde a produção brasileira poderá ser escoada para o oceano Pacífico, além de propiciar uma interação muito mais expressiva entre as economias brasileira e peruana. Com certeza, esse projeto, que já está em andamento, é o mais ambicioso de integração entre os dois países. Ele integra a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que visa integrar as principais vias de transporte e de energia do continente. Com o objetivo de integração de todo o continente, foi lançada a iniciativa MAP (Madre Díos, Acre e Pando) para aproximar a estrutura viária das respectivas regiões do Peru, Brasil e Bolívia, aumentando a segurança e a vigilância na zona fronteira.

Entre as outras iniciativas que merecem atenção, está o projeto que a Embrapa vem desenvolvendo com o Serviço de Meteorologia e Hidrologia do Peru para pesquisa em zonas e em culturas de interesse de ambos os países. Além disso, o Peru pediu auxílio ao Brasil na área de desenvolvimento social e na implementação do padrão nipo-brasileiro de televisão digital.

A área energética também parece bastante profícua para a cooperação entre os dois países. No final de abril de 2009, Lula e Alan García assinaram um acordo que prevê a construção de seis hidroelétricas em território peruano. As hidroelétricas terão capacidade para produção de 7.500 megawatts (essencialmente voltados ao mercado brasileiro) e serão construídas pela iniciativa privada, com um custo estimado entre quatro e seis bilhões de dólares. A operacionalização das hidroelétricas ficará a cargo da Eletrobras, em parceria com empresas peruanas.

Por fim, a intensificação das relações bilaterais entre os dois países também ocorre por meio do aumento dos fluxos comercial e de investimentos. As empresas brasileiras têm uma participação bastante relevante na economia peruana, já que estão instaladas no país: Gerdau, Gol, Petrobras, Vale, Ambev, Votorantim, Veja, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Gal-

vão e OAS, atraídas pelos anos de contínuo crescimento econômico do Peru, além de o país contar com um bom arcabouço legal para investimentos.

Adicionalmente, os países convergem na sua atuação multilateral. Além de o Peru ser membro associado do Mercosul e um dos grandes entusiastas de sua maior aproximação com a CAN, o Peru apoia a candidatura do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Existe ainda um terreno fértil de aproximação entre Peru e Brasil, tanto na área política quanto econômica, o que certamente tende a se intensificar com a finalização da integração viária entre esses dois países.

## Referências

COUTINHO, M. Intentona de ano novo: uma análise da crise institucional do Peru. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 2, jan 2005. Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/3\\_analises\\_Texto\\_do\\_Marcelo-analise.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/3_analises_Texto_do_Marcelo-analise.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2009.

### Sites consultados

Brasil. Ministério das Relações Exteriores: <[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: <[www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)>

IHS Janes: <<http://sentinel.janes.com>>

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: <[www.observatorio.iuperj.br](http://www.observatorio.iuperj.br)>

Perú. Ministerio de Relaciones Exteriores. <[www.rree.gob.pe](http://www.rree.gob.pe)>

Stratfor Global Intelligence: <[www.stratfor.com](http://www.stratfor.com)>

The Economist: <[www.economist.com](http://www.economist.com)>